

8 de março de 2017

Dia da Mulher ressalta igualdade ainda distante e necessidade de luta contra confisco de direitos na Previdência



Os números ainda navegam em sentido contrário: em média, as mulheres ganham menos, trabalham em condições menos favoráveis, sofrem mais com o desemprego. Mas também têm avanços a comemorar. Hoje, ocupam praticamente a metade do mercado de trabalho e não se furtam à luta! O mesmo capitalismo que as explora e faz da discriminação um instrumento de ganhos extras, contraditoriamente as agrupa enquanto trabalhadoras, o que lhes traz as condições para se organizarem e lutarem!

O Sintunesp parabeniza as companheiras pela passagem de seu dia. O nosso Sindicato seguirá organizando a categoria como um todo, em defesa de melhores salários e condições de vida, por um ensino público, gratuito e de qualidade para todos! E seguirá contribuindo, também, pela igualdade entre homens e mulheres e pela superação de todas as desigualdades e discriminações na sociedade!

Mulher X mercado de trabalho

De acordo com pesquisa elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda das

mulheres equivale a 76% do que é pago aos homens e elas continuam sem as mesmas oportunidades de assumir cargos de chefia ou direção. Outro problema que ainda assombra a metade feminina da população é a dupla jornada, que também segue afastando muitas mulheres do mercado de trabalho, apesar de elas serem responsáveis pelo sustento de quatro em cada dez casas. As mulheres dedicam duas vezes mais tempo às atividades domésticas que os homens. Na soma do trabalho externo com o interno, a jornada feminina média é de 55,1 horas semanais, contra 50,5 horas deles.

Estes dados constam no documento “Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira” do IBGE, que estudou os indicadores entre os anos de 2005 e 2015.

Quando o assunto é acesso aos postos de comando, os índices são mais contrastantes ainda. Outra pesquisa, desta vez feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com o Instituto Ethos junto às 500 maiores empresas brasileiras, mostra que somente 13,6% dos postos mais altos estão com as mulheres. A situação só não é tão ruim quanto à dos trabalhadores negros (homens e mulheres), que ocupam ínfimos 4,7% dos cargos executivos. No atual ritmo de evolução das participações destas minorias nas empresas, segundo BID e Ethos, o equilíbrio no quadro só ocorrerá em pelo menos 150 anos!

Ambas as pesquisas refletem a discriminação de gênero que ainda permeia o mercado de trabalho no Brasil, embora a Constituição Federal seja explícita ao prever direitos iguais para homens e mulheres.

No serviço público, formalmente os salários são iguais para homens e mulheres. No entanto, a discriminação ocorre de modo mais sutil. Não raro, eles têm maiores oportunidades de ascensão na carreira, na indicação para postos de confiança etc.





Reforma da Previdência vai agravar situação da mulher

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 298/2016, enviada pelo ilegítimo governo Temer ao Congresso, tende a agravar ainda mais a situação da mulher trabalhadora no Brasil.

A realidade, como mostram as duas pesquisas acima, ainda impõe a elas uma sobrecarga de trabalho (dentro e fora de casa), salários menores e acesso restrito à ascensão na carreira. Neste quadro, igualar a idade mínima para aposentadoria em 65 anos (idade excessivamente alta nos padrões de vida da população brasileira, diga-se de passagem) implicará no agravamento das condições de vida das trabalhadoras. A igualdade entre homens e mulheres é algo ainda fantasioso. Somente se justificariam requisitos para aposentadoria iguais entre os gêneros se todas as obrigações e direitos fossem iguais para ambos os sexos.

Dia da Mulher terá manifestações em todo o país

A campanha salarial dos trabalhadores das universidades estaduais paulistas em 2017 tem como pano de fundo a conjuntura geral do país. Neste ano, além das nossas lutas específicas, também temos que engrossar a mobilização da população trabalhadora contra os ataques que sopram de Brasília, como a reforma da Previdência, a mutilação dos direitos previstos na CLT, entre outros.

Neste contexto, temos duas datas nacionais de luta contra estas reformas: 8 e 15 de março. A orientação do Sintunesp é que os trabalhadores participem das atividades destes dias, o que servirá também como combustível na mobilização da nossa data-base 2017.

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, estão sendo organizadas atividades nacionais e regionais. O objetivo é protestar contra os ataques que atingem mais duramente a mulher, como é o caso das novas regras propostas para a aposentadoria. Procure se informar sobre o que está previsto para sua cidade e participe!

Um pouco da história

As origens do 8 de Março têm relação direta com as lutas da mulher, mais especificamente das operárias têxteis de Nova York. Em 1857, elas protagonizaram uma greve que durou semanas e que foi duramente reprimida pelos patrões e pela polícia. Esta greve é comumente confundida com um outro episódio protagonizado pelas operárias nova-iorquinas, em 1911, quando um trágico incêndio na fábrica de roupas Triangle matou mais de 100 mulheres.

A greve de 1857 é considerada o pontapé inicial num conjunto de lutas femininas que ganharia grandes proporções no início do século 20. Ela foi a primeira a levantar várias reivindicações num momento em que as mulheres começavam a ingressar mais nitidamente no mercado de trabalho e a sofrer com a superexploração capitalista. Nos Estados Unidos e em vários países, a greve de 1857 começou a ser lembrada no final de fevereiro ou início de março dos anos seguintes, impulsionando novas mobilizações e atos públicos. Em 1907, no dia 8 de março, operárias e mulheres socialistas de Nova York convocaram a “Marcha da fome”, para lembrar 1857 e reivindicar a diminuição da jornada de trabalho para 10 horas, melhores salários e condições de trabalho. Também é neste ano que o Partido Socialista Norte-Americano cria um comitê de mulheres pelo direito ao voto – o sufrágio feminino – somando este aspecto mais geral às reivindicações econômicas.

Em 1910, durante o II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca, Clara Zetkin, militante do Partido Social Democrata Alemão e editora do jornal partidário Igualdade, propôs que se estabelecesse um dia para marcar a luta mundial das mulheres. Assim, o 8 de Março foi aprovado como Dia Internacional da Mulher.

Destas sementes históricas, brotaram várias conquistas, como a melhoria das condições de trabalho da mulher, a inserção de benefícios (como o seguro-maternidade) e a conquista do sufrágio universal.

O primeiro país a garantir o direito ao voto para as mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893. Em seguida, veio a Austrália, em 1902. Nos Estados Unidos, o direito foi sendo implantado em alguns estados, até que, em 1920, a luta das mulheres conseguiu estendê-lo a todo o país. Na França, apesar de “igualdade” estar entre os lemas da Revolução Francesa, a mulher só conseguiu votar a partir de 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, a conquista do sufrágio feminino consolidou-se no dia 24 de fevereiro de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, com a promulgação de um novo Código Eleitoral. A primeira deputada estadual eleita pelo voto popular foi Maria do Céu Fernandes, no Rio Grande do Norte, em 1935.

